

Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar

GT MFC da CONAFLO

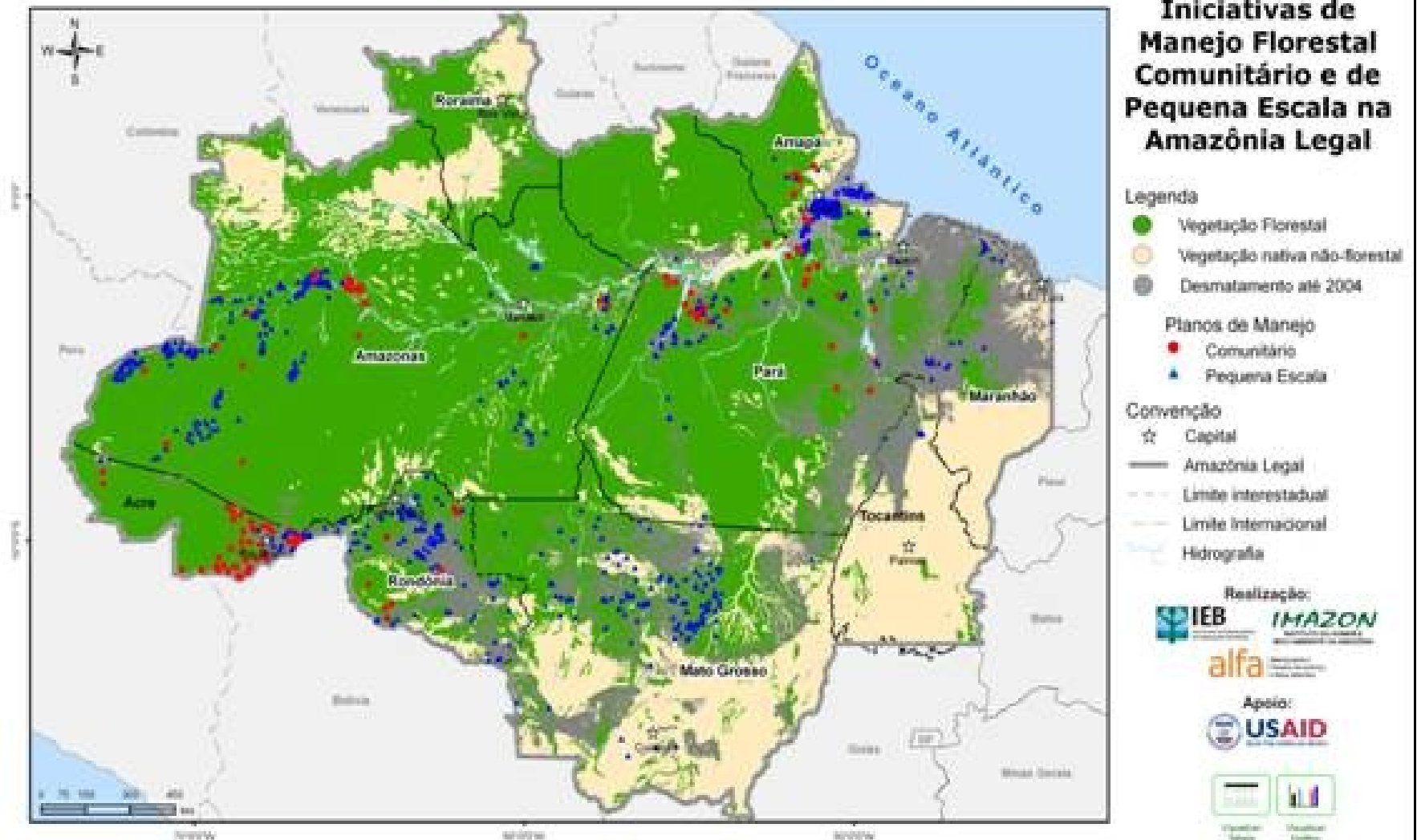
Setembro de 2008



Sumário

1. Contexto - Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
2. Gargalos/Entraves do MFC
3. Ações de caráter normativo
4. Ações de caráter institucional: interlocução com políticas existentes
5. Decreto

Manejo Florestal Comunitário na Amazônia



Cenário do MFC

- Até 1990: ações pontuais
- 2005: 3.000 famílias, 338 mil ha de floresta sob MFC
- 2006: 176 planos de MFC aprovados
 - 1.389 planos de pequena escala aprovados
 - 5.459 famílias beneficiadas
 - 851.103 ha de florestas manejadas por MFC/MFPeq

Cenário do MFC

COMUNIDADE

Venda ilegal ao
madeireiro

Venda informal
de produtos
não-madeireiros

COMUNIDADE

- Venda de recursos à empresa regulada ou não por contrato
- Elaboração de PMFS em nome da comunidade
- Exploração pela empresa (freqüente UPA única)

COMUNIDADE

- Comunidade participa da elaboração do PMFS com apoio do responsável técnico
- Comunidade detém o PMFS, executa ou terceiriza a execução para empresa, mantendo o controle
- Relação empresa-comunidade regida por contrato, com anuência do órgão gestor da unidade
- Pagamento por serviços ambientais

**Modelo atual
mais
comum**

**Parceria empresa-
comunidade
(depende do contrato)**

Cenário desejado

Base legal do MFC

Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.	Código Florestal - no seu Art. 15 determina: "Fica proibida a exploração sob forma empírica das florestas primitivas da bacia amazônica que só poderão ser utilizadas em observância a planos técnicos de condução e manejo a serem estabelecidos por ato do Poder Público, a ser baixado dentro do prazo de um ano."
Instrução Normativa nº 04 de 28 de dezembro de 1998. (revogada)	Estabeleceu as regras para o manejo florestal comunitário.
Instrução Normativa nº 03 de 04 de maio de 2001.	Disciplina o manejo florestal sustentável da vegetação nativa e suas formações sucessivas na região Nordeste do Brasil (em revisão).
Instrução Normativa nº 04, de 11 de dezembro de 2006.	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável-APAT, e dá outras providências.
Instrução Normativa nº 05, de 11 de dezembro de 2006.	Estabeleceu os procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFSs nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal.
Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006.	Dispõe, dentre outros, sobre a gestão de florestas públicas, estabelecendo, em seu art. 50 novas competências para a aprovação dos planos de manejo florestais sustentáveis.

Reuniões do GT MFC da Sociedade Civil em 2007

- Reunião do GT em maio
 - Reestruturação do GT com objetivo de trazer a participação de representações comunitárias
- Reunião do GT em julho
 - Reunião com a Ministra, SFB e PNF, no AC, durante Congresso Internacional de MFC
 - Principais demandas apresentadas na carta:
 - Regularização fundiária
 - Criar capacidade nos órgãos ambientais – federais e estaduais – para trabalhar com o tema do MFC, visando maior agilidade na análise e aprovação de PMF
 - Prover comunidades de infra-estrutura para garantir fluxo e beneficiamento dos produtos florestais
 - Proteger as lideranças comunitárias ameaçadas e resolver as relações injustas entre madeireiras e comunidades
 - Política Nacional de Apoio ao MFC

Encontro com a Ministra



14-Jul-07 20:15

GT MFC na CONAFLOR

- Criação, em agosto, de um GT, no âmbito da CONAFLOR para elaboração da política
- Contratação de consultora para realização dos seguintes produtos:
 1. Revisão da legislação do MFC
 3. Estudo de casos da Guatemala, México e Gâmbia
 5. Roteiro de minuta de decreto instituindo a Política de MFC (marco institucional)
 7. Método de discussão da Política com a sociedade civil

Minuta de Decreto

“Institui a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar”

Itens que devem constar do Decreto:

1. Definição de Manejo Florestal Comunitário:

- a) Forma de gestão do plano de manejo: comunitária ou familiar.
- b) Comunidade detém o plano de manejo, executa e controla ou terceiriza a execução mas mantém o controle.
- c) De uso múltiplo: inclui os produtos e serviços da sociobiodiversidade, (madeireiros e não-madeireiros).

2. Definição de manejador florestal comunitário e familiar.

3. Instância colegiada responsável pelas articulações para implementação da Política e do Plano: Comissão Nacional de Florestas – CONAFLORE e Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP.

Minuta de Decreto

“Institui a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar”

4. Princípios, objetivos e diretrizes da Política.

5. Eixos da Política:

- a) Fortalecimento Organizacional (Sociedade Civil)
- b) Fortalecimento Institucional (Governamental)
- c) Regularização Fundiária
- d) Licenciamento Ambiental
- e) Crédito, Fomento e Incentivos Fiscais
- f) Assistência técnica e extensão rural
- g) Capacitação de base florestal
- h) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
- i) Infra-estrutura
- j) Comercialização
- k) Marco Regulatório

Minuta de Decreto

“Institui a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar”

6. Instrumentos para implementação da Política:

- a) Os Programas do Plano Plurianual – PPA com interface com o Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PNF, PRONAF, Refloresta, Comunidades Tradicionais e outros).
- b) Os Fundos: Fundo Refloresta – BNDES, Fundos Constitucionais; Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; Fundo Amazônia Sustentável; Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA.
- c) Os Planos: Plano para a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar; Plano Amazônia Sustentável – PAS; Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.
- d) A Agenda Social dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Gargalos/Entraves do MFC

TEMAS	ENTRAVES	LINHAS DE AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO
<p>Regularização Fundiária</p> <p>Envolve:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. PMFS em UCs de Uso Sustentável (RESEX, RDS e FLONAS) 2. Projetos de Assentamento 3. Outras áreas (inclui áreas de várzea, terras devolutas e outras) 	<p>Inexistência de documento hábil para aprovação de PMFS (IN ° 4/05). A APAT já flexibiliza a aceitação de documento de posse, porém o problema é quando não há nenhum documento)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Articulação junto aos órgãos fundiários competentes: a) ICmBio para UCs, b) Incra para projetos de assentamento e áreas federais, em conjunto com GRPUs e c) Institutos de Terras dos estados para áreas estaduais, visando aumentar a agilidade na regularização. 2. Verificação com OEMAs, Ibama e Chico Mendes quanto à possibilidade de aceitação de outros documentos em locais onde não haja conflito (atas de audiências públicas com comunitários e autoridades que aclamem em ata a posse dos comunitários, declarações de posse emitidas por associações, sindicatos, etc) – esbarra nos órgãos de controle <p>* Regularização deve atentar para as peculiaridades da área (áreas de várzea, terras devolutas, UCs, projetos de assentamentos; individuais e coletivas).</p>	<p>ARRANJOS INSTITUCIONAIS</p>

Gargalos/Entraves do MFC

TEMAS	ENTRAVES	LINHAS DE AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO
Regularização Fundiária (cont.)	Falta de esclarecimentos sobre posse coletiva e procedimentos para regularização da área	Elaboração de cartilhas sobre o assunto com linguagem acessível às comunidades; atividades de capacitação e assistência técnica e fortalecimento dos postos de atendimento dos órgãos fundiários.	ARRANJOS INSTITUCIONAIS
Aprovação de Planos de Manejo Florestais	Lentidão na aprovação dos planos de manejo	<p>Aumento da capilaridade das OEMAs, ampliar quadros, capacitar/contratar quadros nos órgãos habilitados na área florestal e outras (jurídicas, econômicas, sociais) – Programa de Fortalecimento das OEMAs.</p> <p>Criação de órgãos e/ou procedimentos específicos nas OEMAs, Ibama e ICmBio para tratar do manejo florestal comunitário.</p> <p>Criação de conselhos locais de gestão ambiental visando descentralização e controle social.</p>	ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Gargalos/Entraves do MFC

TEMAS	ENTRAVES	LINHAS DE AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO
Aprovação de Planos de Manejo Florestais (cont.)	Dificuldade no cumprimento das exigências previstas na legislação, por parte das comunidades	1. Levantamento junto às comunidades de quais documentos têm grande dificuldade de serem providenciados e verificação junto à OEMAs, Ibama e Chico Mendes (possibilidade de simplificação, sem comprometimento da qualidade). 2. Promoção de assistência técnica adequada à elaboração e acompanhamento dos planos de manejo.	NORMATIVA e ARRANJOS INSTITUCIONAIS
	Falta de informação dos processos	3. Fortalecimento dos postos de atendimento dos órgão competentes. Desenvolvimento de sistema de informações para acompanhamento de andamento dos processos (transparência) e de experiências em manejo florestal comunitário.	ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Gargalos/Entraves do MFC

TEMAS	ENTRAVES	LINHAS DE AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO
Aprovação de Planos de Manejo Florestais (cont.)	<p>Ausência de procedimentos normatizados para:</p> <p>b)aprovação de planos de manejo em UCs e projetos de assentamento</p> <p>c)aprovação de planos de manejo em áreas de várzea</p> <p>d)PMFS para produtos florestais não-madeireiros</p> <p>e)PMFS, com peculiaridades de cada bioma (em andamento)</p>	<p>4. Desenvolvimento de instrumentos normativos adequados, com base, quando necessário em experiências-piloto.</p>	<p>NORMATIVA</p>

Gargalos/Entraves do MFC

TEMAS	ENTRAVES	LINHAS DE AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO
Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Florestal	Assistência técnica e extensão florestal ineficiente e não adaptada à realidade florestal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promoção de programa específico de ATER e ATES voltado especificamente para a atividade florestal comunitária, com adequação à realidade regional e aos biomas. 2. Ampliação dos agentes de ATER e ATES e capacitação destes com visão multidisciplinar e voltados à realidade regional (realização de intercâmbios permanentes entre técnicos e comunitários). 3. Fortalecimento da parceria INCRA, SFB e DFLORE para capacitação de agentes de ATER e ATES. 4. Estabelecimento e capacitação de agentes comunitários remunerados. 5. Melhora de infra-estrutura dos escritórios regionais das EMATERs. 	ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Gargalos/Entraves do MFC

TEMAS	ENTRAVES	LINHAS DE AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO
Organização Social	Falta de capacitação das organizações com ausência de conhecimento organizacional e técnico	1. Assistência técnica e capacitação voltada para membros de associações, cooperativas e sindicatos nos temas produção, beneficiamento, comercialização e gestão de negócios.	ARRANJOS INSTITUCIONAIS
	Excesso de burocracia na estruturação de associações, cooperativas e sindicatos	2. Isenção de taxas para a legalização de entidades sem fins lucrativos e cooperativas e simplificação dos procedimentos (verif. nova Lei de Cooperativas).	ARRANJOS INSTITUCIONAIS e NORMATIVA
	Falta de acesso à informação e comunicação entre representados e outras	3. Reformulação da legislação de rádio comunitária, visando o alcance da transmissão.	NORMATIVA e ARRANJOS INSTITUCIONAIS
	Conflitos entre associações na gestão de UCs, projetos de assentamento e comunidades quilombolas	4. Orientações no seguinte sentido: a) Em situações em que há várias associações, que a associação-mãe tenha representação política e cada associação tenha a responsabilidade por gerir os recursos. b) No caso do manejo, as organizações podem ser organizadas por cooperativas ou outras formas.	ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Gargalos/Entraves do MFC

TEMAS	ENTRAVES	LINHAS DE AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO
Incentivos fiscais, financiamento, fomento e crédito	Linhas de crédito atuais são voltadas à realidade agrícola e não adaptada à realidade florestal	1. Adaptação das linhas de crédito à realidade florestal. 2. Adequar o crédito à realidade regional com programas e planilhas específicas e de acordo com o calendário do manejo.	ARRANJOS INSTITUCIONAIS e NORMATIVOS
	Ineficiência na assistência técnica pós concessão do crédito	Ver item assistência técnica.	ARRANJOS INSTITUCIONAIS
Desenvolvimento, Pesquisa e Inovação - P&D e I (para todas as fases da cadeia produtiva)	<p>Produção: ausência de tecnologias adequadas, capacitação e assistência técnica.</p> <p>Beneficiamento: ausência de tecnologias adequadas, capacitação e assistência técnica.</p> <p>Comercialização: Cadeias pouco organizadas, ausência de conhecimento dos mercados, dificuldade na geração de capital de giro, DOF.</p>	<p>1. Formação de redes multidisciplinares e multiinstitucionais entre universidades e instituições de pesquisa para desenvolvimento da cadeia de conhecimento da cadeia produtiva.</p> <p>2. Fortalecimento da pesquisa-ação participativa com valorização do conhecimento tradicional.</p> <p>3. Consolidação e difusão do conhecimento.</p> <p>4. Formação de redes entre manejadores para intercâmbio de experiências.</p>	ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Propostas de Ações de Caráter Normativo

1. Instrução Normativa ICMBio - Procedimentos para aprovação de PMFS em RESEX/RDS (em andamento)
3. Instrução Normativa Conjunta MMA/MDA - Procedimentos para aprovação de PMFS em Projetos de Assentamento (em andamento - preliminar)
4. Resolução CONAMA - Planos de Manejo de PFNM (GT governamental provocado pela DFLOR)
5. Resolução CONAMA – Documentação necessária para aprovação de PMFC (mantém rigor técnico da IN nº 05/06, só adequa e simplifica documentação)
6. Resoluções CONAMA – Peculiaridades na aprovação, elaboração, implementação e monitoramento de PMFS nos diferentes biomas.
7. Parcerias Empresas e Comunidades - ??

Propostas de Ações Arranjos Institucionais

Necessidade de interlocução com as Políticas já existentes e/ou fortalecimento das mesmas:

1. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para os Povos e Comunidades Tradicionais (Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos PCT)
2. Políticas MDA (Pronaf, Territórios da Cidadania, ATER, ATES)
3. Programa Nacional de Florestas
4. Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade - Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis
5. Agenda Social dos Povos e Comunidades Tradicionais

Minuta de Decreto

“Institui a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar”

Itens que devem constar do Decreto:

1. Definição de Manejo Florestal Comunitário:

- a) Forma de gestão do plano de manejo: comunitária ou familiar.
- b) Comunidade detém o plano de manejo, executa e controla ou terceiriza a execução mas mantém o controle.
- c) De uso múltiplo: inclui os produtos e serviços da sociobiodiversidade, (madeireiros e não-madeireiros).

2. Definição de manejador florestal comunitário e familiar.

3. Instâncias colegiadas responsáveis pelas articulações para implementação da Política e do Plano: Comissão Nacional de Florestas – CONAFLOR e Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP.

Minuta de Decreto

“Institui a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar”

4. Princípios, objetivos e diretrizes da Política.

5. Eixos da Política:

- a) Fortalecimento Organizacional (Sociedade Civil)
- b) Fortalecimento Institucional (Governamental)
- c) Regularização Fundiária e Ordenamento Territorial
- d) Licenciamento Ambiental
- e) Crédito, Fomento e Incentivos Fiscais
- f) Assistência técnica e extensão rural
- g) Capacitação de base florestal
- h) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
- i) Infra-estrutura
- j) Comercialização
- k) Marco Regulatório

Minuta de Decreto

“Institui a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar”

6. Instrumentos para implementação da Política:

- a) Os Programas do Plano Plurianual – PPA com interface com o Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PNF, PRONAF, Refloresta, Comunidades Tradicionais e outros).
- b) Os Fundos: Fundo Refloresta – BNDES, Fundos Constitucionais; Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; Fundo Amazônia Sustentável; Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA.
- c) Os Planos: Plano para a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar; Plano Amazônia Sustentável – PAS; Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.
- d) A Agenda Social dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Minuta de Decreto

“Institui a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar”

7. Plano Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário:

- a) Prazo de 90 dias para elaboração da primeira versão
- b) Regularidade: anual
- c) Instâncias colegiadas responsáveis pela aprovação: CONAFLOR
e CGFLOP